



IMPORTANCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA SUSTENATBILIDADE DAS MICROS, E PEQUENAS EMPRESAS EM ANGOLA

IMPORTANCE OF INTERNAL CONTROL FOR SUSTAINABILITY OF MICRO, AND SMALL, ENTERPRISES IN ANGOLA

¹ João da Cruz Cangango.

RESUMO

Este artigo científico tem como objectivo principal demonstrar a importância dos controlos internos, no intuito de averiguar como estes contribuem para eficiência, eficácia nas atividades operacionais assim com para a manutenção e sobrevivência dos micros, pequenas empresas em Angola.

O artigo demonstra os objetivos de controlo interno dentro da empresa, trazendo como forma de prevenir erros e irregularidades incentivar o cumprimento dos princípios que regem o controlo interno. Sua utilização torna-se indispensável para a segurança da empresa e também para resguardar o administrador na sua tomada de decisões.

Para embasamento teórico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, para os objetivos de estudo usou-se as pesquisas exploratórias mediante vários trabalhos bibliográficos por vários autores buscaram identificar os procedimentos de controlos internos que podem ser aplicados em uma empresa

e para andamento científico o método aplicado foi o dedutivo.

Com este estudo procurou-se demonstrar a importância implementação, e utilização de forma eficiente e eficaz do controle interno como ferramenta fundamental para assegurar a empresa uma continuidade das MPMEs em Angola e outras empresas em outras de parte do mundo que poderão obter conceitos sobre os controle interno na organização.

Palavras Chave: Controlos Interno, Sustentabilidade, Micros, Pequenas Empresas

ABSTRACT

The main objective of this scientific article is to demonstrate the importance of internal controls, in order to find out how they contribute to efficiency, effectiveness in operational activities as well as to the maintenance and survival of micro, small and medium companies (MPMEs) in Angola. The article demonstrates the objectives of internal control within the company, bringing as a way to prevent errors and irregularities encouraging compliance with the principles that govern internal control. Its use becomes indispensable for the security of the company and also to protect the administrator in his decision-making. For theoretical basis, bibliographic research was used, for the purposes of the study, exploratory research was used through various bibliographic works by various authors that sought to identify the internal control procedures that can be applied in a company and for scientific progress the deductive method was applied. This study sought to demonstrate the importance of implementing, and using efficiently and effectively internal control as a fundamental tool to ensure the company a continuity of MSMEs in Angola and other companies in other parts of the world that will be able to obtain concepts about internal control in organization.

Key words: Internal Control, Sustainability, Micro and Small Enterprises.

INTRODUÇÃO

Controlos internos foram reconhecidos como um dos ingredientes mais importantes, na maior parte das organizações, necessária para a sobrevivência das empresas de negócios e

agências governamentais. Além do problema de escassez de recursos, as organizações correm um alto risco de fraude e erros, má apropriação de fundos, ineficiência e ineficácia de operações, entre outros. Portanto,

passos são necessários, para minimizar, se não eliminar completamente esses riscos, através do estabelecimento de controles internos, (Douglas, 2018).

Segundo a definição, do Escritório geral de Contabilidade dos Estados Unidos, os controles internos são projetados pela Direção administrativa, de uma organização, administrados pela gerência e cumprido por todos os funcionários. Os controles internos destinam-se a garantir (1) eficiência dos resultados operacionais; (2) A confiabilidade dos relatórios financeiros; e (3) o cumprimento de normas e regulamentos relacionados, para assegurar os objetivos da organização. (Douglas, D.,2018).

Grandes escândalos financeiros recentes na Europa e os EUA destacou que, quando os responsáveis pela governança não agir com melhor interesse da organização, não identificarem, não avaliar, não responder aos riscos e não cumprirem com as normas e regulamentos da organização, estes poderiam prejudicar os objetivos da organização. (Oshisami, K., 2021).

Reid, e Ashelby, (2012), descobriu que as empresas com controles interno sólidos são observados em ser significativamente maior, mais regulamentado, mais competitivo, mais rentável, mais liquidez, mais conservador em suas políticas contábeis, mais competente na sua gestão, contabilidade pessoal, e sujeito a um melhor controlo de gestão.

Sarens,(2010), acredita que a falência de muitas empresas é o resultado de políticas inadequados, e gestão de procedimentos ineficiente, e insatisfatório. O baixo desempenho de políticas e procedimentos, são muitas vezes relacionados a erros estratégicos e a não cumprimento das diretrizes de gestão.

Em outro estudo realizado por (Kalu,2011), ele voltou a sublinhar que o contrário do uso adequado dos controles internos de uma forma de conflito de interesses, abuso de poder, a perda financeira, má gestão dos recursos, desvio de fundos, fraudes e erros, são sinais de controles interno fracos ou nenhum que levou a falência uma empresa Internacional em Gana.

Vários estudos foram realizados em Angola para desdobrar os insucessos de Micro, Pequenas e Médias empresas, mostrara as causas pela qual muitas empresas de dimensão Micro, Pequena e Média

começam bem, mas depois caem ou permanecem estagnadas em suas atividades operacionais. Os principais resultados foram rastreados por problemas de baixa rentabilidade e liquidez que emana uma série de fatores, maior parte dos quais são pobres controles interno, falta de prestação de contas e avaliação inadequada dos riscos em uma organização, (Fernando, 2018).

Segundo, o administrador executivo do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Samora Kitumba, afirma que:

Angola enfrenta uma crise econômica e financeira desde 2014, que tem sido o causador principal de dissolução das pequenas e médias empresas. Independente da crise econômica no país, outras razões pela qual muitas empresas chegam ao ponto de falência, e a falta de "flexibilidade por parte dos procedimentos estratégicos e políticas elaboradas por estas empresas. Quando os objetivos e metas não forem bem elaboradas, a sobrevivência e continuidade destas estarão em risco num mercado competitivo. (Fernando, R. D.,2018, p.15).

Diante o exposto problema, provem pela inadequação da definição, implementação e incumprimento dos controles internos nas Micros, Pequenas e Médias empresas em Angola. Portanto, enaltecendo a seguinte questão: até que ponto os controles internos proporcionam na sobrevivência as MPME em Angola?

Este artigo visa educar as MPME em Angola sobre as contribuições que os controles internos proporcionam para a sobrevivência organizacional no mercado competitivo.

Também tem como objetivos específicos classificar as MPMEs quanto a dimensão de acordo com das Sociedades Comercial de Angola. Descrever conceitos teóricos, objetivos dos controles internos e suas finalidades nas MPMEs. Estudar os principais componentes dos controles internos e explicar a importância dos controles interno para a sobrevivência das MPMEs em Angola.

A escolha do tema deste artigo deu-se pela definição inadequado e incumprimento dos controles internos nas Micros, Pequenas e

Medias empresas em Angola. Portanto, enaltecendo as contribuições que ela pode proporcionar na sobrevivência empresarial, assim como sua continuidade no mercado. Pois é através do seu conceito e utilização neste artigo que MPMEs poderão obter informações conhecimento instrutivo, que os auxiliem em suas tomadas de decisões, proporcionando mais segurança aos negócios da empresa e mais estímulo nos segmentos das políticas organizacionais.

METODOLOGIA

Metodologicamente, tendo em conta a natureza do tema em questão, o estudo é aplicada, pois abrangiu estudos elaborados para resolver problemas no âmbito empresarial. Quanto aos objetivos, este estudo é descritiva por uma forma direta traz uma relação entre os controles interno e a sustentabilidade das micros e pequenas empresas. A pesquisa bibliográfica por ser baseada em conceitos teóricos e práticos sobre os controles interno nas empresas, elaborados por diferentes autores. As principais fontes bibliográficas e outras informações inerente as micros e pequenas empresas em Angola foram livros, artigos científicos, relatórios de contas, relatórios do INAPEM, e jornais sobre economia.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Controlo Interno

Segundo a definição, de Taiwan Securities and Futures Commission, em 2009, os controles internos são projetados pela direção administrativa, de uma organização, administrados pela gerência e cumprido por todos os funcionários. Os controles internos destinam-se a garantir (1) eficiência dos resultados operacionais; (2) A confiabilidade dos relatórios financeiros; e (3) o cumprimento de normas e regulamentos relacionados, para assegurar os objetivos da organização. (Reid, K., & Ashelby, D., 2012).

COSO, (2010) definiu o controlo interno como procedimentos de gestão destinadas a garantir a eficiência e eficácia nas operações, para melhorar a tomada de decisões de gestão, proteger os recursos, garantir a manutenção do património, gerar relatórios de informação de confiança, e fazer executar as operações de uma forma consistente com a política de gestão.

Argumenta-se que os controles internos

são projetados para garantir que um ministério, agência ou departamento realiza a sua função de forma eficaz e eficiente, que o seu relatório financeiro é confiável e está em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes, (Oshisami, 2021); ele ainda afirma que para a maioria dos países, tais controles internos estão focados em controlar a alocação das despesas, procedimentos contabilísticos e de demonstrações financeiras.

Objetivos do Controle Interno e suas

Finalidades

Oliveira e D'Ávila (2012, p.84), afirma que o objetivo do controle é: verificar e assegurar os cumprimentos, às políticas e normas da companhia, incluindo o código de ética nas relações comerciais e profissionais; obter informações adequadas, e de qualidade e em tempo hábil, que sejam realmente úteis para as tomadas de decisões; prevenir erros e fraudes. Em caso de ocorrência dos mesmos. Possibilitar a descoberta o mais rápido possível. Determinar sua extensão e atribuições de corretas responsabilidades; registrar adequadamente as diversas operações, de modo a assegurar a eficiente utilização dos recursos da empresa; assegurar o processamento correto das transações da empresa. Bem como a efetiva autorização de todos os gastos incorridos no período.

De acordo com Attie (2010, p.155) os objetivos do controle interno são:

- Salvarguardar os seus ativos e os seus recursos humanos, financeiros e físicos;
- Assegurar a veracidade, fiabilidade, integridade e oportunidade dos registos contabilísticos e da respectiva informação financeira;
- Prevenir e detectar fraudes e erros, atitudes de desperdício, abusos ou práticas anti-económicas ou corruptas e outros atos ilegais;
- Produzir informação financeira fiável e rápida;
- Cumprir as leis e regulamentos;
- Assegurar o cumprimento das políticas de gestão adotadas e dos planos e procedimentos da organização;
- Conduzir e executar as suas atribuições / objeto social, programas, projetos, atividades e funções de uma forma regular, produtiva, económica, eficiente e eficaz; e
- Produzir informação de gestão relativa aos resultados e efeitos alcançados.

Elementos dos Controlos Interno Ambiente de Controlo

Ambiente de controlo é a consciência de controlo da entidade, sua cultura de controlo. Ambiente de controlo é efetivo quando as pessoas da entidade sabem quais são suas responsabilidades, os limites de sua autoridade e se têm a consciência, competência e o comprometimento de fazerem o que é correto da maneira correta. Ambiente de controlo envolve competência técnica e compromisso ético; é um fator intangível, essencial à efetividade dos controlos internos.

- Certifique-se que os funcionários conhecem suas responsabilidades e a função de seus serviços;
- Verifique se há um plano adequado de treinamento;
- Verifique se os funcionários sabem qual o padrão de conduta e ética a serem seguidos;

Avaliação de Riscos

As principais funções do controle interno, como vimos, estão relacionadas ao cumprimento dos objetivos da entidade. Portanto, a existência de objetivos e metas é condição para a existência dos controlos internos. Se a entidade não tem objetivos e metas claros, não há necessidade de controlos internos.

Uma vez estabelecidas e clarificados os objetivos, deve-se:

- Identificar os riscos que ameacem o seu cumprimento.
- Tomar as ações necessárias para o gerenciamento dos riscos identificados

Avaliação de riscos é a identificação e análise dos riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos operacionais, de informação e de conformidade. Este conjunto forma a base para definir como estes riscos serão gerenciados.

Os administradores devem definir os níveis de riscos operacionais, de informação e conformidade que estão dispostos a assumir. A avaliação de riscos é uma responsabilidade da administração, mas cabe à Auditoria Interna fazer uma avaliação própria dos riscos, confrontando-a com a avaliação feita pelos administradores.

3. Atividades de Controle

a) Autorizações (prevenção): a administração determina as atividades e

transações que necessitam de aprovação de um supervisor para serem efetivadas. A aprovação de um supervisor, de forma manual ou eletrônica, implica que ele (ou ela) verificou e validou a atividade ou transação, e assegurou que a mesma está em conformidade com as políticas e suas respectivas naturezas, são:

b) Revisões de Desempenho

detecção): Acompanhamento de uma atividade ou processo, para avaliação de sua adequação e/ou desempenho, em relação às metas, aos objetivos traçados e aos *benchmarks*, assim como acompanhamento contínuo do mercado financeiro (no caso de bancos), para antecipar mudanças que possam impactar negativamente a entidade.

d) Segurança Física (prevenção

detecção): os valores de uma entidade devem ser protegidos contra uso, compra ou venda não-autorizados. Um dos melhores controles para proteger estes ativos é a segurança física, que compreende controlo de acessos, controlo da entrada e saída de funcionários e materiais, senhas para arquivos eletrônicos, para acessos remotos, criptografia e outros. Incluem-se neste controlo os processos de inventário dos itens mais valiosos para a entidade (p.ex., conferência de numerário)

e) Segregação de Funções (prevenção): a segregação é essencial para a efetividade dos controlos internos. Ela reduz tanto o risco de erros humanos quanto o risco de ações indesejadas. Contabilidade e conciliação, informação e autorização, custódia e inventário, contratação e pagamento, administração de recursos próprios e de terceiros, normatização (gerenciamento de riscos) e fiscalização (auditoria) devem estar segregadas entre os funcionários.

4. Informação e Comunicação

A comunicação é o fluxo de informações em uma organização, entendendo que este fluxo ocorre em todas as direções – dos níveis hierárquicos superiores aos níveis hierárquicos inferiores, dos níveis inferiores aos superiores, e comunicação horizontal, entre níveis hierárquicos equivalentes.

A comunicação é essencial para o bom funcionamento dos controles. Informações sobre planos, ambiente de controlo, riscos, atividades de controlo e desempenho devem ser transmitidas à toda entidade.

Por outro lado, as informações recebidas, de maneira formal ou informal, de fontes externas ou internas, devem ser identificadas, capturadas, verificadas quanto à sua confiabilidade e relevância, processadas e comunicadas às pessoas que as necessitam, tempestivamente e de maneira adequada.

5. Monitoramento

O monitoramento é a avaliação dos controlos internos ao longo do tempo. Ele é o melhor indicador para saber se os controlos internos estão sendo efetivos ou não. O monitoramento é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades quanto por avaliações pontuais, tais como autoavaliação, revisões eventuais e auditoria interna.

A Importância do Controlo Interno

O controlo interno tem uma contribuição a oferecer a cada segmento ou setor existente em uma organização para agregar agilidade, eficiência e veracidade para as informações contábeis e administrativas. No entendimento de Attie (2010, p.151): A importância do controle interno fica pertinente a partir do momento em que impossibilita conceder uma empresa que não disponha de controlos que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto. Como o autor diz, torna evidente a importância de um sistema de controlo interno como meio de proteger a empresa, fazendo que todas as medidas tomadas tenham como objetivo a melhoria dos procedimentos gerados pela organização, a inibição de fraudes e a segurança das informações mais confiáveis e exatidão dos registros contábeis.

Crepaldi (2008, p. 65) define a importância do controle interno da seguinte forma: é de fundamental importância a utilização de um controle adequado sobre cada sistema operacional, pois dessa maneira atingem-se os resultados mais favoráveis com menores desperdícios”.

A importância ou aprimoramento de um tipo de controlo é tanto viável quanto positiva for a sua relação custo/benefício. Grau máximo de avaliação do benefício deve ser atribuído à sua importância e a qualidade da informação a ser gerada.

Classificação das MPME em Angola.

São classificadas como MPME as sociedades comerciais que tenham adaptado um dos tipos previstos nas

alíneas a) e b) do artigo 5º da Lei n.º 30/11, de 13 de setembro.

O exercício de atividade econômica por pessoa singular, é nos termos desta lei, classificada segundo a tipologia definida no artigo 5º da presente lei.

As MPME distinguem-se mediante dois critérios: o número de trabalhadores efetivos e o volume de faturação total anual, sendo esta última a prevalecente sempre que for necessário decidir sobre a classificação das mesmas. Nos termos da alínea 2 da Lei nº 30/11 de setembro, das micros, Pequenas e Médias Empresas do artigo 5.º, consideram-se:

- Micro empresas (MC) aquelas que empreguem até 10 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual não superior em AKz ao equivalente a USD 250 mil;

- Pequenas empresas (PQ) aquelas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em AKz superior ao equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões;

- Médias empresas (MD) aquelas que empreguem mais de 100 até 200 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em AKz superior ao equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões.

Análise dos resultados

Apesar da crise, a tendência crescente do nascimento de empresas e justificada com a entrada em vigor da atual lei sobre o investimento privado em Angola. O administrador do instituto Nacional de apoio das micros, Pequenas e Médias empresas (INAPEM), Samora Kitumba, explica que nos últimos três anos, as taxas de falências aumentaram, e o ano passado foi um pesadelo para estas empresas.

Segundo o relatório anual de 2018 do Instituto Nacional de Apoio às micros, Pequenas e Médias Empresas INAPEM tutelado pelo ministério da economia é o órgão encarregue do acompanhamento, certificação e classificação, assim como presta serviços de formação e capacitação empresarial, assistência técnica e consultoria às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), relatou que Angola tem mais 15 mil micro, pequenas e médias empresas (MPME) legalizadas e muitas dessas 12 mil empresas, nem saem do papel por dificuldades de financiamento e

outras por planejamentos estratégicos inadequados. (Assembleia Nacional de Angola, 2020).

Segundo dados avançados, nesta terça-feira, pelo Gabinete de Estudo e Planeamento (GEPE) do Ministério da Indústria e Comércio, As micro, pequenas e medias empresas em Angola representam mais de 90% da base empresarial nos diversos sectores económico. Dos 90%, 65% empresas representam as micro-empresas e 25% as pequenas empresas. Os restantes 10%, os 7% representam as médias empresas e 3% as grandes empresas, perfazendo um total nacional acerca de 15 mil das Micros, e pequenas empresas (MPME) em operatividade em Angola.

O contexto económico faz no crer que cerca de 70% das empresas que entram no mercado morrem ao fim de um ano de atividade, também revelou a fonte segundo as estatísticas do Guiche Única de Empresa (GUE), divulgadas em janeiro último do ano 2017. Quanto a origem dos investidores, as estatísticas dizem que 70% foram iniciativas de empresários angolanos e os restantes 30% foram de títulos estrangeiros.

De acordo com a pesquisa da Deloitte, (2017) que tem escritórios de representação em Luanda, na sua revista de negócios Denominado como Observatório para a Inclusão Financeira, avança que, A taxa de mortalidade anual das empresas em Angola ronda os 70%, ou seja, por cada 100 empresas criadas, no prazo de um ano, apenas 30 sobrevivem.

Quanto as dificuldades para apurar o número preciso de empresas que tem encerrado nos últimos anos. Kitumba garante que a falta de consultoria credível para medir as atividades das empresas, tem sido uns dos entraves.

As dificuldades de acesso ao crédito, falta de capital humano qualificado, excesso de burocracia no licenciamento, infraestrutura deficientes, falta de energia elétrica, estradas e telecomunicações, e o fraco apoio do estado são as maiores handicaps/obstáculos ao desenvolvimento empresarial das micros, pequenas e medias empresa em Angola, de forma estável e segura.

CONCLUSÃO

Mediante pesquisas bibliográfica, artigos publicados e livros específicos, foi possível

observar que o controle interno tem uma atuação de grande importância nas organizações no combate a prevenção de fraudes e erros, e como uma forte ferramenta de gestão, pois é mediante métodos e medidas adotadas pela administração no sentido de proteger o patrimônio, salvaguardando seus interesses que o controle interno atua dentro das organizações de forma preventiva, fiscalizando e detectando falhas e desperdícios.

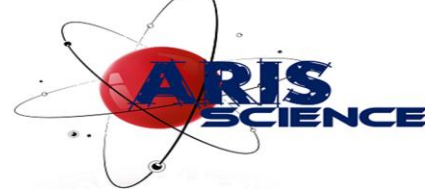
A utilização dos controlos internos nas organizações aumenta a segurança das informações através da padronização dos procedimentos, tornando o processo mais simples e fácil de ser entendido por aqueles que o utilizam. Além disso, é uma forte ferramenta de gestão no combate de desvios e erros.

Cada empresa tem a sua forma de administrar, porém, todas com o mesmo objetivo, o lucro. Mas esse objetivo só poderá ser alcançado se houver um eficiente sistema de controlo interno, qualificação e responsabilidade daqueles que o operam, pois a busca por melhores resultados será uma constante em toda organização, por meio de melhoria da produtividade, satisfação de seus clientes, responsabilidade social e desenvolvimento dos recursos humanos, pois influencia diretamente a natureza da realização dos controlos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia Nacional de Angola. (2020) Lei n.º 30/11, de 13 de setembro. Luanda. Angola.
- Attie, W. (2010). Auditoria. Conceitos e Aplicações. 5 ed. Atlas, São Paulo
- Crepaldi, S. A. (2023). Contabilidade gerencial: Teoria e Prática. 13 ed., Atlas, São Paulo
- COSO, C. o. (2010). Controle Interno sobre Relatórios Financeiros. New Jersey, EUA Orientação para as empresas públicas menores (do COSO 2010 Orientação).
- Douglas, D. (2018). Mercado para os controlos corporativos e Inovação Firm. Newbury Park, CA: Harvard Business Departamento Press.
- Fernando, R.D., (2018). A crise em Angola. Informe apresentado pela comissão de assuntos internos do Governo Provincial de Luanda. Angola.

ARISTAS DE LAS CIENCIAS



Gil, A. C. (2022) Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª ed., Editora Atlas, São Paulo

Kalu, U. (2011). ICAN Financial Reporting e Manual de Ética. Lagos: kalma Associates.

Reid, K., & Ashelby, D. (2012). A Auditoria de Swansea e Qualidade dos Processos Internos de Garantia da Qualidade na Educação. Vol.10.

Sarens, G. A. (2010). A relação entre auditoria interna e gestão sênior: Uma

análise das expectativas e percepções: Jornal Internacional de Auditoria. ©.

Oliveira, E. F. & D'ÁVILA, M. Z. (2012). Conceitos e técnicas de controles internos de organizações. Nobel, São Paulo.

Oshisami, K. (2021). Contabilidade pública e Controle Financeiro: Princípios e Práticas 9ª ed. Ibadan: Spectrum Books Limited.